

Goiânia, 25 de fevereiro de 2026.

**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GUILHERME BOULOS, MINISTRO-CHEFE
DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Assunto: Valorização do trabalho no SUS, superação da terceirização e consolidação da gestão pública direta como eixo de um projeto nacional de direitos sociais.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Dirigimo-nos a Vossa Excelência para apresentar graves preocupações e propostas relativas à gestão do trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS), diante do aprofundamento da precarização das relações de trabalho no SUS, do consequente adoecimento das pessoas trabalhadoras nesse processo, da crescente privatização da gestão e do risco real de perda irreversível desse patrimônio social dos brasileiros e brasileiras, o SUS. Entendemos que o enfrentamento dessa realidade é condição indispensável para fortalecer o SUS, a conquista real do direito à saúde constitucionalmente garantido e, ao mesmo tempo, consolidar um projeto de governo comprometido com inclusão social e valorização do trabalho.

A atual configuração da força de trabalho no SUS revela um processo persistente de fragmentação de vínculos, desigualdade salarial entre entes federativos, alta rotatividade e crescente terceirização por meio de Organizações Sociais e outros instrumentos de direito privado. Esse modelo tem submetido trabalhadoras e trabalhadores à insegurança contratual, à instabilidade política por meio do assédio eleitoral, entre outras práticas que reforçam a herança patrimonialista do nosso país, além da desvalorização profissional, comprometendo não apenas direitos laborais, mas também a continuidade e a qualidade do cuidado ofertado à população. Não há sistema universal sólido com trabalhadores precarizados.

Além disso, é fundamental afirmar que a luta por condições dignas de trabalho vai além do debate sobre a jornada 6x1. A superação de escalas extenuantes é parte importante da agenda sindical, mas não suficiente. É imprescindível garantir vínculos estáveis, remuneração justa, ambientes de trabalho adequados, dimensionamento correto das equipes, proteção contra assédio institucional e segurança no exercício profissional. Dignidade no trabalho em saúde significa estabilidade, respeito, condições materiais adequadas e reconhecimento social.

Ao mesmo tempo, a reconstrução do Estado brasileiro, a defesa do trabalho decente e o fortalecimento das políticas sociais constituem pilares centrais de um projeto democrático e popular de governo. Valorizar os trabalhadores do SUS é reafirmar o papel do Estado como garantidor de direitos e consolidar uma agenda que dialoga diretamente com a base social que sustenta um projeto nacional inclusivo e comprometido com justiça social.

Nesse sentido, apresentamos as seguintes propostas estruturantes:

1. Valorização e estruturação da carreira pública no SUS

- Implementação da Carreira Única Interfederativa do SUS para todos os trabalhadores, independente da área da atuação -administrativa, gestão, vigilância ou assistencial, com definição de piso salarial nacional por nível de formação, jornada de até 30 horas semanais, reduzindo desigualdades regionais e assegurando mobilidade estruturada.
- Instituição de planos de cargos, carreiras e salários articulados nacionalmente, com critérios objetivos de progressão e qualificação permanente.
- Ingresso prioritário e progressivamente exclusivo por concurso público de provas e títulos, com planejamento de substituição dos vínculos precários.
- Adoção do Regime Jurídico Único (RJU), garantindo estabilidade como instrumento de proteção institucional do interesse público e da autonomia técnica dos profissionais.

2. Superação da terceirização e fortalecimento da gestão pública direta

- Substituição gradual das Organizações Sociais e demais formas de terceirização por gestão pública direta, com fortalecimento das estruturas estaduais e municipais.
- Profissionalização da gestão, priorizando servidores de carreira com formação específica para ocupar funções estratégicas de direção e coordenação.
- Criação de mecanismos de contratualização direta entre serviços e entes federativos, assegurando autonomia administrativa e financeira sem intermediação privada.
- Transparência e controle social ampliado sobre contratos, vínculos e execução orçamentária.

3. Financiamento e indução federativa da transição

- Criação do Fundo Nacional Tripartite para o Trabalho (FUNTRAB-SUS) como instrumento de indução à estabilidade e fixação de profissionais nas regiões mais vulneráveis.
- Pactuação interfederativa de metas de despreciação, com cronograma progressivo de substituição de vínculos frágeis por vínculos estatutários.
- Incentivos específicos para redução da rotatividade e fortalecimento de equipes multiprofissionais na Atenção Primária.
- Criação de uma Lei de Responsabilidade Sanitária visando identificar a responsabilidade de cada gestor (municipal, estadual e federal) na prestação dos serviços e na atenção à saúde da população e punir os atores quando houver omissão, inserção de informações falsas nos relatórios de gestão, não execução das ações previstas nos planos de saúde, descumprimento das normas do SUS e/ou decisões do controle social.
- Retira das despesas de pessoal da área da saúde dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como mecanismos de fortalecimento do SUS, valorização dos servidores públicos e combate a precarização/terceirização.

Essas medidas não se restringem a uma pauta corporativa. Elas dialogam diretamente com a construção de um Estado forte, democrático e socialmente responsável. Um SUS público, estatal e com trabalhadores valorizados é expressão concreta de um projeto de desenvolvimento com inclusão, geração de empregos formais, redução de desigualdades regionais e ampliação das garantias sociais.

Fortalecer o trabalho no SUS é fortalecer o próprio projeto nacional de direitos sociais. É afirmar que saúde não é mercadoria, mas direito do povo e dever do Estado.

Colocamo-nos à disposição para contribuir com o debate e com a construção coletiva de uma agenda que recoloca o trabalho digno e a gestão pública no centro da consolidação do SUS e do desenvolvimento social do país.

Atenciosamente,

Néia Vieira

Representante do Sindsaúde-GO no Fórum de Participação Social-GO.